

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo Class.: Pacto Amazônico
 Data: 04.07.79 Pg.: 32

Pacto Amazônico: um ano sem realizações

BRASILIA (Sucursal) — O Pacto Amazônico completou ontem seu primeiro aniversário. Um ano depois de assinado, o Tratado Amazônico foi ratificado apenas por três países: Brasil, Equador e Guiana entre os oito que o assinaram. Os prognósticos futuros alongam ainda mais o tempo em que os chanceleres destes países terão seu primeiro encontro para iniciar as discussões de cooperação. Isto ocorrerá, se tudo acontecer dentro do previsto, apenas no final de 1980. Se recordarmos as primeiras discussões, levará até 3 anos para os chanceleres se sentarem na mesa, a fim de discutir seus pontos de vista para integrar uma área, que corresponde a 35 por cento do território latino-americano.

Na diplomacia brasileira, não é considerado um tempo excessivo. O acordo da Bacia do Prata demorou um ano e meio. Como se recorda no Itamarati, foi um acordo entre cinco países e que não dependia da tramitação no Legislativo. Este acordo foi assinado entre Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina em 1969.

O Tratado Amazônico depende da aprovação do Legislativo. O Brasil foi o primeiro a ratificá-lo em dezembro último. Em março, foi seguido pelo Equador e Guiana. No Suriname, ele está no Congresso; Bolívia e Peru realizam consultas ministeriais.

Na Bolívia espera-se que a ratificação venha antes da instalação do novo governo; na Colômbia, passou pela Câmara dos Deputados e parou no Senado, que está em recesso; na Venezuela, só será discutido a partir da instalação do novo Congresso, em março.

Ele era esperado como um passo lento. Não há interesse econômicos conjugados, até o momento, entre os oito países. Ele pretende — como explica um diplomata do Itamarati — ser mais um mecanismo de relacionamento entre países que têm um histórico de relações pouco intensas.

A região Amazônica é para o Brasil, o único denominador comum com os países andinos e as Guianas. Das dez fronteiras internacionais que temos, sete estão incluídas dentro da Amazônia, integral ou parcialmente, correspondendo a 80% de fronteira terrestre. O tratado pretende mais conjugar intenções do que propriamente somar esforços concretos para desenvolvimento da região.

Nesta programação de intenções, a grande preocupação é com os olhares internacionais sobre uma região praticamente inexplorada, além das repetidas referências aos benefícios equitativos entre as nações interessadas, uma marca das relações exteriores brasileiras nos últimos tempos diante do receio de ser vista com pretensões imperialistas, a preocupação com a internacionalização é ressaltada.

Numa exposição na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, o ministro Rubens Ricupero chefe da divisão da América Meridional 2 procurou acentuar: "... Constitui dever básico impedir que o vazio demográfico estimule designios de interferência de gênero do defunto

Pacto Hiléia ou do mais recente Projeto dos Lagos (...). A consagração da vocação regional da Amazônia é o melhor antídoto para coibir o aparecimento de modernas reencarnações da desmoralizada mas persistente manobra da internacionalização". Hoje, torna-se claro que estas intenções "defuntas" deram lugar a intervenções do capital estrangeiro, da preservação ecológica aos grandes projetos ilhando áreas dentro da Amazônia.

Com relação ao Pacto Andino, o Tratado Amazônico é de uma modéstia evidente. Se os países andinos estabeleceram uma conjunção de esforços que quase os coloca como uma nação única, abrindo mercados entre si, o que leva a programas de desenvolvimento interdependentes e, como ocorre agora no caso da Nicarágua, a decidir politicamente em conjunto, o Tratado Amazônico não pretende aparentemente nada além de trocas de informações.

Da parte brasileira, por exemplo, o que se dispõe a fazer dentro do Pacto é intercambiar experiências do tipo mecanismos fiscais, Sudam, Basa, Radam, Embrapa. No momento, isto se explica pelas perspectivas pouco alentadoras de se fazer projetos conjuntos numa região sem potencial energético a curto prazo. Mesmo a médio os programas brasileiros se dispõem a hidrelétricas e rios que nascem e morrem em território brasileiro.

Do que se pode retirar deste Tratado é que ele faz mais um papel político que econômico de avanço brasileiro junto a seus vizinhos. Ele é o caminho para se ter algum papel nos Andes e nas Guianas. Um passo que o Brasil deu sob pena de perder o pé junto a oitenta por cento de suas fronteiras e ao continente como um todo.